

EXCLUSIVO

FRAUDE EM LICITAÇÕES: 63 EMPRESAS NO ALVO

Governo do Estado investiga esquema em pregões eletrônicos

NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Criados para impedir o conluio de empresas ou o jogo de cartas marcadas nas concorrências públicas, proporcionando igualdade de condições e transparência, os pregões eletrônicos realizados em órgãos do governo do Estado têm sido fraudados por empresas para vencerem a disputa, quebrando o sigilo das propostas comerciais.

Desde 2014, 63 empresas agiram com esse fim nos pregões de contratação de serviços para 28 órgãos do Estado, principalmente da área da saúde.

Foi identificado pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont), após mais de quatro meses de investigação, que elas participavam da concorrência por uma mesma rede de internet. Constatou-se que houve casos de pregões em que mais de uma empresa estava com o mesmo endereço de IP (protocolo de internet), número através do qual o computador é identificado em uma rede.

Por essa rede em comum, eram combinados os lances de várias formas: em “reunião”, onde empresas diferentes de fato compartilhavam uma rede de internet em um mesmo espaço físico; por duas ou mais empresas que possuíam sócios ou parentes em comum; ou ainda por empresas que utilizavam outras firmas de fachada para dar lances falsos e, assim, saírem vitoriosas.

A investigação partiu de uma denúncia anônima à Ouvidoria, de que uma empresa participaria de licitações da Secretaria Estadual de Saúde em conluio com outra de fachada, que funcionava em uma garagem, para dar aparência de competição.



CHICO GUEDES /ARQUIVO

Fachada do Palácio Anchieta: Executivo abriu processos contra firmas com base na Lei Anticorrupção

FRAUDE

R\$ 22 milhões

Foi o valor em contratos celebrados pelas empresas.

Após os dados terem sido validados pelo Instituto de Tecnologia da Informação do Estado (Prodest), foram comprovados por meio de conferência feita nos endereços das empresas. Os contratos celebrados por meio dessas fraudes são de pelo menos R\$ 22 milhões.

Segundo o subsecretário de Estado de Integridade Governamental e Em-

presarial, Marcelo Altoé, o número de empresas que utilizaram IPs compartilhados totalizou 103, mas passaram a ser investigadas as 63 que de fato foram beneficiadas e venceram o lote da licitação.

As investigações já se encontram em estágio avançado e, assim que forem concluídas, as empresas responderão a processos administrativos de responsabilização na Secont com base na Lei Anticorrupção.

“Como não se evidenciou qualquer participação de servidores na fraude, não poderíamos ingressar com ação de improbidade, por exemplo. Se não houvesse a Lei Anticorrupção, esse seria o típico caso difícil de penalizar as empre-

REFLEXOS

“Os casos são a ponta do iceberg. É preciso uma linha de corte para que essa fraude não aconteça mais”

MARCELO ZENKNER
SECRETÁRIO ESTADUAL DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

“Nossa intenção é daqui para a frente detectar isso precocemente”

MARCELO ALTOÉ
SUBSECRETÁRIO DE INTEGRIDADE GOVERNAMENTAL

sas”, explicou Altoé.

O resultado desse processo pode ser multa de até 20% do faturamento bruto do ano anterior e o impedimento de licitar e contratar com o poder público por até cinco anos.

Além disso, se o órgão constatar que houve cometimento do crime de fraude à licitação, pode encaminhar a documentação ao Ministério Público Estadual, que pode ingressar criminalmente na Justiça.

Após esse pente fino feito no sistema de pregões do governo do Estado, a Secont vai estender a investigação para os pregões que utilizam o sistema do Banco do Brasil, onde acreditam que devem encontrar ainda mais casos de fraudes como esses.

ENTENDA

PREGÃO ELETRÔNICO

▼ O que é?

É uma modalidade de licitação criada em 2002 para aquisição de bens e serviços, como reforma, obras e serviços de engenharia, e equipamentos hospitalares, por exemplo. É realizado em sessão pública, pela internet, e podem participar todos que atendam as exigências contidas no edital.

INVESTIGAÇÃO DENÚNCIA INICIAL

▼ Ouvidoria

Uma denúncia anônima revelou que uma empresa participaria de licitações da Secretaria Estadual de Saúde em conluio com uma empresa que seria de fachada, para dar aparência de competição nas licitações. Foi constatado que a empresa era realmente falsa, funcionava em uma garagem.

▼ Pente-fino nos IPs

A Secont fez a identificação do uso do mesmo endereço IP por mais de uma empresa nas sessões dos pregões. Em seguida, filtrou os casos em que uma delas venceu a licitação.

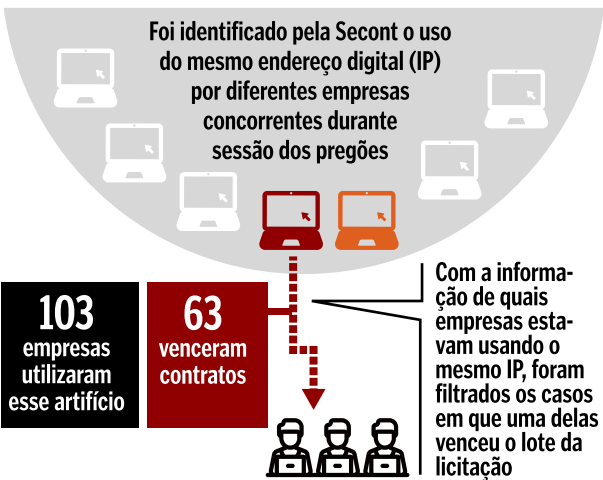
▼ Compartilhamento

De 2014 em diante, 103 empresas compartilharam IPs nos pregões. Dessas, 63 firmaram contratos com o Estado e estão sendo investigadas. Em seguida, podem responder a processos administrativos.

▼ Justiça

Se for constatado que houve cometimento de crime de fraude à licitação, o Ministério Público pode ingressar criminalmente na Justiça.

COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA



SUSPEITA SOBRE CONTRATOS EM 28 ÓRGÃOS

Disputas forjadas podem ter dado prejuízo, com aumento nos preços dos serviços

Formas de fraudes

- 1 Conferência física**
Várias empresas reuniam-se em uma mesma sala, por exemplo, combinando lances. Quando participaram do pregão, utilizaram IP idêntico. Assim, alguma empresa poderia apresentar um preço muito baixo, para que as verdadeiras concorrentes desistissem, ou uma empresa cobria o preço da outra. Faziam isso em grupos de duas ou três empresas
- 2 Sócios em comum**
As empresas que disputaram o pregão possuíam sócios ou administradores em comum ou com grau de parentesco próximo
- 3 Empresas de fachada**
Uma empresa verdadeira disputando com uma empresa de fachada (laranja), para dar a aparência de competição

Das 63 empresas, 14 tinham sócios em comum



17 com parentesco entre sócios 13 com possibilidade de parentesco 38 sem parentesco aparente

Contratos por área



28 órgãos do Estado afetados

- 1 - Hospital Infantil de Vitória
- 2 - Polícia Militar
- 3 - Hospital de São José do Calçado
- 4 - Secretaria Estadual de Agricultura
- 5 - Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Civil
- 6 - Hospital Dr. Roberto Silveiras - São Mateus
- 7 - Hospital Dório Silva
- 8 - Secretaria da Casa Militar
- 9 - Secretaria Estadual de Saúde
- 10 - Diretoria de Saúde da Polícia Militar
- 11 - Hospital Infantil e Maternidade de Vila Velha (Himaba)
- 12 - Hospital Estadual Antônio Bezerra de Faria, em Vila Velha
- 13 - Secretaria Estadual de Esporte
- 14 - Polícia Civil
- 15 - Corpo de Bombeiros Militar
- 16 - Secretaria de Educação
- 17 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Trabalho
- 18 - Junta Comercial do Estado do Espírito Santo
- 19 - Hospital Dra. Rita de Cássia - Barra de São Francisco
- 20 - Secretaria Estadual de Cultura
- 21 - Faculdade de Música do Espírito Santo
- 22 - Superintendência Regional de Saúde de Colatina
- 23 - Departamento Estadual de Estradas e Rodagem
- 24 - Hospital Estadual de Atenção Clínica (antigo Aduato Botelho) - Cariacica
- 25 - Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim
- 26 - Superintendência Regional de Saúde de Vitória
- 27 - Secretaria Estadual de Segurança Pública
- 28 - Hospital São Lucas

Infografia | Genildo

/// NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Os contratos de valor mais alto celebrados por meio da suposta fraude aos pregões do governo do Estado tiveram o processo administrativo iniciado pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência na última terça-feira.

Dois empresas do ramo de construção civil sediadas na Serra participaram de um pregão para manutenção preventiva das unidades policiais, em que cada uma delas venceu um lote, e a soma dos contratos chega a R\$ 7,2 milhões.

Mas, de acordo com a investigação da Secont, as empresas Perc Construções e Incorporações Ltda e RRG Construtora e Serviços Ltda utilizaram IP idêntico quando participaram do pregão eletrônico e possuem sócios administradores com grau de parentesco próximo. Além disso, a RRG seria uma empresa de fachada,

BERNARDO COUTINHO



Quartel da PM, que também foi vítima do esquema

visto que o endereço dela registrado na Junta Comercial e na Receita Federal diz respeito a um escritório de contabilidade, incompatível com uma empresa que executa serviços de engenharia.

Essas empresas terão que responder administrativamente, na Secont, pelos ilícitos da fraude ao

caráter competitivo do procedimento licitatório por meio de combinação e por criar pessoa jurídica para participar de licitação pública.

O processo tramita dentro da própria secretaria e tem um prazo de 180 dias para ser concluído. Quem aplicará a sanção será o próprio secretário.

PREVENÇÃO

“Precisamos impedir o dano, pois depois é difícil recuperar o dinheiro”

MARCELO ZENKNER
SEC. DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Entre as punições cabíveis, a empresa pode ficar impedida de licitar e contratar por até cinco anos e pode sofrer uma declaração de inidoneidade.

O secretário da pasta, Marcelo Zenkner, destacou que esse ilícito ocorre em todo o país, por isso esse caso é a “ponta do iceberg”. “Nosso objetivo é fazer também um trabalho preventivo, para que possamos detectar essa fraude antes que o contrato seja celebrado. Se a competição fosse sadia, possivelmente os contratos seriam menores.”

Empresa nega irregularidade em concorrência

/// O sócio-administrador da empresa Perc Construções e Incorporações Ltda, Paulo Eduardo da Rocha Codeco, negou que tenha sido utilizado um mesmo IP entre a empresa dele e a RRG Construtora e Serviços Ltda durante o pregão do governo do Estado.

Segundo ele, o computador utilizado fica em uma sala fechada e a rede possui senha restrita.

O empresário admitiu o parentesco com o dono da empresa RRG, Alcimar Siqueira Quintanilha Junior, que é cunhado dele, mas frisou que a lei não veda que parentes participem de uma mesma licitação.

Codeco também destacou que durante o pregão houve total concorrência entre os participantes. “A minha empresa ganhou com 25% de desconto em

MAIS ALTO

R\$ 7,2 milhões

Foi o valor da soma dos dois contratos celebrados pelas empresas de construção civil, as primeiras processadas pela fraude aos pregões eletrônicos.

relação ao preço proposto pelo órgão. Ao todo foram cinco lotes neste pregão, e cinco empresas diferentes venceram”, explicou. Ele disse ainda que a empresa já foi notificada do processo e vai colaborar com todas as investigações.

Os representantes da RRG Construtora foram procurados, mas não foram localizados para se pronunciar.